

A África e o entorno estratégico brasileiro

*Marcelo de Jesus Santa Bárbara**

Introdução

O presente artigo tem por objetivo caracterizar as avaliações e percepções estratégicas do Brasil sobre a África no contexto atual. Para tanto, procedeu-se a uma revisão bibliográfica a respeito da relação Brasil-África a fim de conceituar, em primeiro lugar, o que se entende por entorno estratégico brasileiro, para então apresentar qual o lugar destinado à África pelo estado brasileiro nesse cenário. A seguir, examinam-se a Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2012), a Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012a) e o Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012n), ou seja, a documentação oficial produzida na área de defesa ao longo das administrações de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014).

O conceito de entorno estratégico brasileiro

O conceito de entorno estratégico, que serve como ponto de partida para o presente capítulo, é definido como uma área de irradiação de liderança e projeção de influência por parte de um estado (FIORI, 2014, p. 2). Com efeito, ao se estabelecer o que é o entor-

no estratégico brasileiro, segundo essa concepção, permite-se não restringi-lo a uma determinada região¹ do mundo.

A concepção de entorno estratégico sugere que áreas definidas como tal expressem um conjunto dinâmico de relações estratégicas, sejam elas diplomáticas, econômicas ou militares, que têm limite geográfico dado pelo alcance dos interesses, capacidades (militares, logísticas, econômicas etc.) e principais objetivos políticos e estratégicos de um estado.

No caso do Brasil, esse quesito está oficialmente estabelecido na PND e na END, aprovadas pelo Congresso Nacional em 1996 e 2005 e, respectivamente, 2008 e 2012.

Com efeito, José Luís Fiori (2014), cientista político e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dentro de uma tradição realista das relações internacionais, pontua que as relações entre os estados são assimétricas, mas a tessitura de poder resultante dessas relações é mutável. Ou seja, a ascensão e queda das potências será uma constante no sistema internacional anárquico. Assim sendo:

A história das relações internacionais ensina que nunca existiram países com "vocações inapeláveis", nem povos que tenham

* Capitão do Quadro Complementar de Oficiais (Magistério em Geografia), mestrando em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, pelo Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense.

nascido com o “destino manifesto” ou “revelado” de mandar, converter ou civilizar o resto da humanidade. Ensina também que todos os países que projetaram sua influência e poder para fora de suas fronteiras nacionais e acabaram liderando suas regiões ou o próprio sistema mundial, em algum momento, também foram sociedades periféricas. Mas foram sociedades que se colocaram, como objetivo fundamental, a mudança de sua posição dentro da hierarquia de poder e da distribuição da riqueza internacional. Além disso, foram sociedades que se mobilizaram e atuaram de forma unificada, para enfrentar e superar seus momentos de dificuldade e suas situações de inferioridade, mantendo seu objetivo estratégico por longos períodos de tempo, independentemente das mudanças internas de governo. (FIORI, 2014, p. 1)

O Brasil, definido na END como um país pacífico por tradição e convicção, também almeja ocupar espaço de destaque no cenário internacional. Busca tradicionalmente modificar as estruturas de poder conformadas ao fim da Segunda Guerra Mundial (CERVO, 2008), mas não deseja obter hegemonia no contexto internacional. Depreende-se de tal fato que o objetivo político-estratégico brasileiro seria livrar-se das limitações (econômicas, tecnológicas e militares) impostas por limitações de diferentes ordens inerentes aos países em desenvolvimento situados na periferia do sistema.

Em suma, o que está em jogo por trás da política de segurança e defesa (dominantes) é a permanência do Brasil na situação periférica ou a possibilidade de desempenhar papel relevante nas relações internacionais, na suposição de que apenas diplomacia e economia não bastam. (CERVO, 2008, p. 119)

Para isso, existe certo consenso na bibliografia consultada a respeito do fato de o Estado brasileiro manter alguma continuidade e nexos em sua tentativa de obter posição de influência no sistema internacional, condizente com atributos de poder como grande território, recursos naturais, população e posição geográfica.

Desde os primeiros anos do século XX, uma das maiores aspirações da política externa brasileira tem sido o reconhecimento internacional condizente com a crença de que o Brasil deveria assumir seu papel natural de grande país nas questões mundiais. (LIMA; HIRST, 2009, p. 1)

A tentativa de ser um país que exerça influência no cenário internacional tem sido calcada mais nas formas “brandas” de poder, como a cultura e a música, do que na valorização do poder em sua forma mais “bruta”, notadamente a militar e a econômica (LIMA; HIRST, 2009, p. 1). Com efeito, o historiador da Universidade de Brasília (UnB) Amado Luiz Cervo (2008) já havia mostrado que é possível encontrar-se um primeiro nexo na dinâmica de inserção internacional do Brasil, que é representado pela relação entre a obtenção de segurança e paz regional associada à busca pelo desenvolvimento econômico.

Destarte, Cervo (2008) delimita três momentos para enfocar como a questão da segurança internacional é relevante para o Brasil. Do final da Segunda Guerra até o ano de 1989, a inserção internacional de segurança brasileira estava “visceralmente” vinculada à política exterior e a um projeto nacional baseado em objetivos permanentes

e estratégicos, conforme a visão da DSN da Escola Superior de Guerra (ESG). Ao mesmo tempo, o país possuía forte vinculação econômica e militar aos Estados Unidos, mas não de forma monolíticaⁱⁱ.

O Estado brasileiro, contudo, a partir de 1991, seguindo a via da segurança multilateralizada, optou pelo “banimento” dos objetivos permanentes e o resultado teria sido a redução de autonomia decisória no cenário internacional. O Brasil envolvia-se com entusiasmo na segurança cooperativa ou segurança multilateralizada, a ponto de ela exercer influência sobre sua política de defesa, aqui vista como o resultado de mútuas concessões de natureza pragmática ou ideológica, refletindo um temporário equilíbrio de forças no cenário político interno e externo (PROENÇA; DINIZ, 1998). Ao mesmo tempo, Cervo (2008, p. 118) afirma que os Estados Unidos transitaram da propensão à segurança multilateralizada, sob a égide da ONU, ao unilateralismo, feito de visão própria e de iniciativas autônomas, tudo à base de uma doutrina de ataque preventivo. Atualmente, o Brasil busca a formulação de questões cruciais acerca da segurançaⁱⁱⁱ. Esse aspecto vai muito além de seu campo militar, ou seja, se a segurança parece ser uma preocupação de longa duração na visão dos formuladores da política e da estratégia nacional, uma concepção ampliada ou de amplo espectro defende, por exemplo, que, por meio da ideia de securitização, determinado tema, como a migração, a pirataria e o meio ambiente, passe, na percepção de agentes securitizadores (o Estado, por exemplo), a necessitar de medidas extraordinárias para ser enfrentado. Essas medidas devem ir além

dos procedimentos políticos usuais (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998, p. 25-30).

O Estado brasileiro, com efeito, percebe os problemas de segurança regional de forma distinta daquela dos Estados Unidos da América – EUA (LIMA; HIRST, 2009), como exemplificado com as questões e divergências que envolvem a presença norte-americana no combate ao narcotráfico e a guerrilha estabelecida na Amazônia colombiana, bem como a discordância dos EUA em relação à simpatia brasileira pelos regimes bolivarianos da Venezuela e da Bolívia. Por isso, e por motivos diversos, não se pode deixar de frisar que as relações entre Brasília e Washington transitam entre “boas” e “calmas”. Nunca é demais lembrar que, apesar de o Brasil se situar na América do Sul, área de influência norte-americana, almeja o *status* de potência regional, fato que eventualmente o coloca em divergência com os EUA no panorama América do Sul. Em relação à África, Maria Regina Soares de Lima, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), e a doutora em Estudos Estratégica Mônica Hirst, atual diretora executiva da Fundação Centro de Estudos brasileiros em Buenos Aires, frisam que:

A promoção, por parte do Brasil, de laços mais próximos com nações árabes e africanas é uma característica da política externa atual e uma que remete ao legado autonomista. Desde os anos 1960, a política externa brasileira tem buscado, de tempos em tempos, desenvolver a identidade africana do país, ainda que esse impulso tenha sido baseado mais em uma história simbólica e afinidades culturais do que em interesses econômicos e valores políticos compartilhados. (LIMA; HIRST, 2009, p. 68)

A busca pelo desenvolvimento, além da questão da segurança, da reconciliação e da estabilidade regional (CERVO, 1999), foi outro aspecto recorrente da PEB da segunda metade do século XX. O autor em questão definiu o desenvolvimentismo como um paradigma que deu nova funcionalidade ao setor externo brasileiro. Tal fato transcorreu à luz de três outras noções de fim: (a) realizar interesses de uma sociedade complexa; (b) conceber o desenvolvimento como expansão da indústria; (c) prover de eficiência a política exterior mediante autonomia decisória, cooperação externa, política de comércio exterior flexível e não doutrinária.

O processo de inserção internacional do Brasil também foi construído politicamente com forte base no Direito Internacional, isto é, pauta-se pelo respeito à soberania, pela não intervenção e solução pacífica das controvérsias. Por isso, Lima (2010), no artigo *Diplomacia, defesa e a definição política dos objetivos internacionais: o caso brasileiro*, destaca que o Brasil, país que se percebe como territorialmente satisfeito, renunciou desde o século XIX a qualquer pretensão de projeção de poder militar ou anexação territorial em seu ambiente regional:

País com professada ambição internacional, desde sua constituição como Estado independente. O Brasil renunciou, contudo, a partir da implantação da República, a qualquer ambição militar regional. Desde então, tem mantido como princípio constitutivo de sua política externa a defesa da não ingerência nos assuntos internos dos outros países, pedra de toque da tradição jurídica latino-americana, bem como projetado uma identidade internacional calcada na moderação e na prudência. (LIMA, 2010, p. 401-402)

Para Maria Regina Soares de Lima (2010), com efeito, a identidade internacional brasileira é calcada na moderação e na prudência⁴. A ambição de alcançar posição de destaque no cenário internacional não estaria acompanhada de uma postura militarista-expansionista ou de projeção de poder em âmbito regional. As elites brasileiras que compõem a comunidade de política externa compartilham a percepção de que considerações econômicas são mais importantes do que as relacionadas à projeção de poder militar.

A tal respeito, Maria Regina Soares de Lima e Mônica Hirst (2009) pontuam dois grandes momentos de transformação de conjunturas durante o século XX. O primeiro foi a crise do modelo agrário-exportador e a adoção do modelo de desenvolvimento por substituição das importações (ISI). E o segundo, o esgotamento do modelo de industrialização protegida e sua substituição por um modelo de integração competitiva ao mercado global. A partir da segunda metade do século XX, como ressalta Paulo Fagundes Vizentini (2013), professor titular de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a industrialização e o desenvolvimentismo mudaram gradativamente a agenda internacional do Brasil e o alcance de sua política externa:

Entre avanços concretos e projetos frustrados, finalmente na passagem do século XX para o XXI, o Brasil parece ter alcançado a posição de potência emergente, com uma economia de expansão e uma projeção mundial reconhecida pelas potências tradicionais. (VIZENTINI, 2013, p. ix)

O economista Luís Antônio Mattos Filgueiras (2007), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), afirma que a economia brasileira da era Lula foi marcada por forte vulnerabilidade externa nas esferas monetário-financeira, tecnológica e comercial. Apesar de sua visão crítica sobre a economia política do governo Lula, a maior parte dos autores consultados afirma uma forte preferência pela inserção internacional e sem alinhamentos automáticos tem marcado a atual política externa brasileira, não só no tocante ao seu entorno estratégico como também à sua posição na arquitetura de poder mundial. Cabe frisar que o Brasil, ao longo do século XX, foi a única nação sul-americana a participar da Primeira Guerra Mundial (1914-18) como beligerante, o que lhe deu condições de participar da Conferência de Paris, em 1919. Além disso, buscou, desde o início do processo, lutar pela reformulação do sistema internacional de segurança coletiva inaugurado pela Liga das Nações, bem como participar dos principais fóruns multilaterais criados desde a constituição do sistema da ONU, após 1945.

O país é membro fundador das Nações Unidas e um dos 23 fundadores do Acordo Geral para Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), bem como um das 56 nações representadas na Organização Internacional do Comércio (OIC) em Havana. (LIMA; HIRST, 2009, p. 51)

Ao mesmo tempo:

Durante a Guerra Fria, o Brasil adotou posição discreta em questões de paz e segurança internacionais e foi apenas no período subsequente que o país assumiria

uma atitude mais proativa. Em contraste, tem sido consistentemente ativo em negociações sobre comércio e desenvolvimento desde 1945. (LIMA; HIRST, 2009, p. 51)

O Brasil, então, assumiu e renova constantemente a identidade de intermediário indispensável entre os “fortes” e os “fracos” (LIMA, HIRST, 2009). Logo, o nexos entre a diplomacia e a defesa se deve a uma definição política do Estado. Portanto, conforme Lima e Hirst (2009), é necessário não só definir claramente os objetivos de inserção internacional, como estabelecer, no plano interno, os mecanismos institucionais necessários à articulação das principais burocracias responsáveis pelas funções militares e diplomáticas no plano internacional.

Conclui-se parcialmente que, embora o Brasil seja um país tradicionalmente pacífico, não abriu mão de projetar influência no cenário internacional, visando descongelar as estruturas de poder consolidadas ao final da Segunda Guerra Mundial. Assim, tentou conciliar sua busca por desenvolvimento econômico com a necessidade de obter paz e segurança em seu entorno, adotando no atual período uma estratégia multilateralista para expandir seu raio de ação internacional. No âmbito regional, o entorno estratégico é o espaço que resulta dessa projeção de influência econômica, militar e política do Estado brasileiro. Por isso, a seguir, discute-se como a África é representada na PND, na END e no LBDN.

O lugar da África no entorno estratégico do Brasil sob a ótica do Ministério da Defesa (MD)

O Estado brasileiro caracterizou a relevância estratégica da África na documentação oficial produzida no âmbito do MD, a partir da década passada. Passou a estabelecer e nortear as dimensões da defesa e da segurança brasileiras, a fim de impulsionar o estabelecimento de relações estrategicamente mais próximas com os países sul-americanos e africanos, bem como tornou pública à comunidade internacional sua postura estatal no domínio da defesa e da segurança regional. Cabe discutir como a África é caracterizada, respectivamente, na PND, na END e no LBDN.

A PND é o documento que estabelece os objetivos políticos perseguidos pelo

Brasil no tocante à área de defesa e segurança. A PND de 2012, ao tratar do “ambiente regional e o entorno estratégico”, apresenta um entorno estratégico que

extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. Ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região. (BRASIL, 2012 p. 12)

O ambiente regional ou entorno estratégico é uma área de influência que extrapola a América do Sul para incorporar à esfera de influência do Brasil áreas situadas no Caribe, na África e a Antártica. Observe-se a **Figura 1**:



Figura 1 – Mapa do entorno estratégico brasileiro segundo a PND (2012)

Fonte: Política Nacional de Defesa (PND) 2012

A PND (2012) regionalizou o entorno estratégico onde o Brasil, como “potência pacífica”, deve aprofundar seus laços de integração com os países vizinhos e ribeirinhos ao Atlântico. Para isso, busca a intensificação dos processos de regionalização e cooperação com parceiros da América do Sul e da costa africana. Com efeito, os países “lindeiros” da África estão na linha de frente dos interesses brasileiros. Além disso, nesse conjunto regional formado por relações comerciais transatlânticas, atribuiu-se prioridade ao estabelecimento de laços entre, de um lado, os países sul-americanos; e do outro, a África Austral e os países africanos de língua portuguesa. Assim:

Entre os processos que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico, destacam-se: o fortalecimento do processo de integração [...] a intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul. (BRASIL, 2012, p. 12)

A PND (2012) estabelece que as políticas e ações definidas pelos diversos setores do Estado brasileiro (leia-se pela convergência de ações entre os campos militar, diplomático e econômico) devem contribuir para a consecução dos objetivos da defesa nacional, devendo observar como diretrizes estratégicas ações relacionadas à cooperação regional, visando:

XIX – atuar para a manutenção de clima de paz e cooperação nas áreas de fronteira; XX – intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, particularmente com as da América do Sul e as da África, lindeiras ao Atlântico Sul; e

XXI – contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional, com ênfase no desenvolvimento de base industrial de defesa. (BRASIL, 2012 p. 20-21)

Os objetivos citados na PND serão executados por meio da intensificação dos processos de regionalização e cooperação com os países da América do Sul e da costa africana, pela criação de órgãos regionais e multilaterais de resolução de controvérsias, pela integração das bases industriais de defesa e reformas nas organizações internacionais visando à sua maior legitimidade.

A END é o documento oficial que recomenda a maneira como os objetivos políticos serão executados. Datando de 18 de dezembro de 2008, foi assinado o Decreto nº 6.703, que aprovou a END, atualizado em 2012. Se a Política Nacional de Defesa estabelece o que fazer, a END é o instrumento que tem o propósito de orientar o Estado na consecução dos objetivos nacionais de defesa estabelecidos pela PND. E no caso aqui discutido, como deve ser estabelecida a relação Brasil-África no âmbito das questões que envolvem a presença do EB.

A END, assim como a PND, preconiza o estreitamento da cooperação entre o Brasil e os países sul-americanos, mas afirma que tal atitude deve-se estender também aos países do entorno estratégico (BRASIL, 2012a, p. 28), inserindo a África no processo. Assim, o entorno estratégico também representa na END um conjunto de relações (internacionais) brasileiras que se estenderia para além da América do Sul. Daí resultaria, por exemplo, a necessidade de aumentar “a participação do Brasil em

operações internacionais em apoio à política exterior do país” e, ao mesmo tempo, “o aumento da presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da região amazônica” (BRASIL, 2012a, p. 30-31).

Destarte, caberia ao MD e ao MRE promover a convergência entre as atividades destinadas à manutenção da estabilidade regional e à cooperação nas áreas de fronteira do Brasil. Assim:

O Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso, particularmente com a América do Sul e países liminhos ao Atlântico Sul. (BRASIL, 2012a, p. 36)

Assim como na PND, a ideia de manutenção da estabilidade regional é fato crucial tanto para a América do Sul como para os países liminhos da África, o que amplia o alcance dos interesses estratégicos brasileiros, projetando a questão da segurança e da defesa para além do continente, mas ainda deixando vagos, sob o ponto de vista geográfico, a extensão e os limites dessa projeção. Contudo, novas referências serão feitas ao longo do documento no tocante às ações e ao alcance geográfico do interesse brasileiro sobre o continente africano. São exemplos disso a referência à

intensificação da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC),

ou ainda, à “consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)”, e mesmo ao

incremento na interação inter-regionais, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo IBAS.

Logo, as ações estratégicas que vão orientar a relação brasileira com o continente africano remetem à priorização do relacionamento com o “entorno estratégico” e a CPLP, a fim de contribuir para a manutenção da estabilidade regional:

1. O ministro da Defesa e o ministro das Relações Exteriores promoverão o incremento das atividades à manutenção da estabilidade regional e à cooperação nas áreas de fronteira do país.
2. O Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso particularmente com as do entorno estratégico brasileiro e as da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (grifo nosso).
3. O Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores e as Forças Armadas buscarão contribuir para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional, **com ênfase na pesquisa e desenvolvimento** (grifo nosso). (BRASIL, 2012a, p. 55-56)

O LBDN foi uma iniciativa governamental visando a tornar públicas à comunidade internacional as diretrizes e ações que norteiam a defesa e a segurança brasileiras. Ao incluir referências à África, o LBDN am-

plia o escopo de interesses brasileiros, definindo que a defesa nacional tem caráter eminentemente dissuasório e está organizada para que o Brasil esteja livre de ameaças como o terrorismo e os crimes transfronteiriços. Além disso, almeja o estabelecimento de uma comunidade de paz e segurança no entorno, que possibilite soluções pacíficas para as controvérsias que eliminem as hipóteses de conflito militar na região.

A política externa brasileira considera o diálogo e a cooperação internacionais instrumentos essenciais para a superação de obstáculos e para a aproximação e o fortalecimento da confiança entre os Estados. Na relação com outros países, **o Brasil dá ênfase a seu entorno geopolítico imediato, constituído pela América do Sul, o Atlântico Sul e a costa ocidental da África** (grifo nosso). (BRASIL, 2012b, p. 12)

A ideia-base do documento é que um ambiente regional pacífico e percebido como seguro contribui para o desenvolvimento de todos os países do entorno regional, cuja estabilidade é objetivo nacional (BRASIL, 2012b, p. 37). O Brasil é o país com a maior costa atlântica e por isso tem interesse direto na estabilidade regional, uma vez que a circulação de mercadorias importadas e exportadas pelo país depende fundamentalmente das rotas existentes no entorno,

relevantes como a “Garganta Atlântica”, entre a costa do *Nordeste* brasileiro e a África ocidental, espaço intercontinental de vital importância para o comércio mundial. As passagens ao sul, que ligam o Atlântico ao Pacífico, constituem uma via alternativa ao canal do Panamá, principalmente para os navios de grande porte. A rota do cabo

da Boa Esperança, conectando o Atlântico Sul ao Oceano Índico, é uma alternativa ao canal de Suez e oferece também o melhor acesso marítimo à Antártica. Para além do pré-sal, boa parte do petróleo que o Brasil importa vem de países na faixa equatorial do Atlântico. (BRASIL, 2012b, p. 35)

O documento apregoa que o Atlântico Sul tem uma “identidade histórica”, que deve ser resgatada por meio da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS)⁶, visando ao aproveitamento do potencial de desenvolvimento econômico da região. Por isso, é objetivo constante, segundo o LBDN, intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas de outras nações, particularmente com as da América do Sul e da costa ocidental da África, e reforçar laços com outros países que interagem em fóruns de concertação, como a cúpula ASA, o IBAS e o Fórum Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul (BRICS), além de parcerias tradicionais. A estratégia adotada pelo Estado brasileiro é a da cooperação entre as Forças Armadas.

Conclusão

Pode-se concluir que a PND, a END e o LBDN inserem o continente africano no entorno estratégico brasileiro, destacando as relações de cooperação do Brasil, com relevo para as mantidas no âmbito da CPLP e da ZOPACAS. Também enfatizam a importância do multilateralismo, por meio da presença do Brasil na cúpula ASA. A ideia-força nos documentos do MD é que o Atlântico Sul aproxima a África do Brasil, e que a área deve ser mantida como uma zona de paz e

segurança. O continente africano é visto com papel de grande influência na formação do Brasil e, por isso, também se preconiza “es-

pecial atenção” à África, devido ao crescente fluxo de investimentos e comércio entre os dois lados do Atlântico.

Referências

- BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa** (versão encaminhada ao Congresso Nacional para apreciação em 17 jul. 2012). Brasília: Ministério da Defesa, 2012a.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012b.
- BRASIL. Presidência da República. **Política Nacional de Defesa**. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Brasília, DF: 2005, atualizada em 2012. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- _____. Bueno, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.
- _____. **Relações internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FIORI, José Luis. **O Brasil e o seu entorno estratégico na primeira década do século XXI**. Revista Carta Maior, 2014. Disponível em www.cartamaior.com.br/detalheImprimir.cfm?conteudo_id=28080&flag_destaque_longo_curto=C
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2004.
- LIMA, Maria Regina Soares. Diplomacia, defesa e a definição política dos objetivos internacionais: o caso brasileiro. In: JOBIM, Nelson A. ETCHEGOYEN, Sérgio W. e ALSINA, João Paulo (Org.), 2010.
- LIMA, Maria Regina S.; HIRST, Mônica. Brasil como país intermediário e poder regional. In: HURRELL, Andrew *et al.* **Os Brics e a ordem global**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- PROENÇA Jr. Domício; DINIZ, Eugênio. **Política de defesa no Brasil: uma análise crítica**. Brasília: UnB, 1998.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A projeção internacional do Brasil 1930-2012**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

-
- ¹ A diferença entre o conceito de região e a regionalização é um debate longo na Geografia acadêmica. Tratando da questão da diferenciação de áreas, a visão tradicional sobre o conceito de região, representada por autores como Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Hartshorne, respectivamente, percebia a região como uma “individualidade”, um método de “diferenciação de áreas” ou uma “morfologia da paisagem” (HAESBAERT, 2004, p.18). A regionalização, dando mais liberdade ao conceito, seria um instrumento de análise do geógrafo de recortar de forma coerente o espaço geográfico.
- ⁱⁱ Conforme a distinção estabelecida por Amado Luiz Cervo em relação às três fases representadas por Costa e Silva, Médici e Geisel (2008, p. 132).
- ⁱⁱⁱ A segurança é um estado ou condição em que se estabelece a nação — está a cargo da nação e de todas as suas forças disponíveis. Já o conceito de defesa é definido como um conjunto de meios e ações que compõem a segurança nacional e está a cargo das Forças Armadas, conforme preceito Constitucional (CERVO, 2008, p. 119).
- ^{iv} Círculos políticos e intelectuais brasileiros não valorizam a dissuasão nuclear como fonte de prestígio internacional e/ou regional. Desde o século XIX, a presença brasileira na América do Sul tem representado um fator de estabilidade e paz que contribui para o perfil da região como zona relativamente pacífica (LIMA; HIRST, 2009, p. 70).
- ^v Criada em 1986 pelas Nações Unidas, por meio da Resolução nº 41/11, **de iniciativa do Brasil**, (grifo nosso), a ZOPACAS conta, atualmente, com 24 membros — África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai. Em termos diplomáticos, o reforço da ZOPACAS é importante para a defesa do país.